

ATA Nº 09/2019 – Reunião Ordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú/SC. Aos dez dias do mês de junho de dois mil e dezenove, reuniram-se ordinariamente, na sede da Casa dos Conselhos, às quatorze horas, **os seguintes conselheiros:** Patrícia da Costa Oliveira (Titular/Política de Assistência Social – SDIS); Mariana Strey (Suplente/Proteção Social Básica – CRAS); Jucimeri Kraus Rosa (Suplente/Proteção Social Especial – Resgate Social), José Antônio Margarida (Titular/FURBES), Marilene Rosana Severino Cardoso (Titular/Secretaria de Educação); Márcia Maria Santoni (Suplente/Secretaria de Educação); Silvana Carneiro de Oliveira (Titular/CRAS Construindo Cidadania); Sandra Kraus Bravo (Suplente/CRAS Construindo Cidadania); Evanilda dos Santos Reinert (Suplente/CRAS Espaço Cidadão); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor pra Down); Maria Aparecida N. da Silva (Titular/AFADEFI); Kelli Flávia Spricigo Fernandes de Andrade (Suplente/Casa das Anas); Thiara Silveira de Freitas (Titular/NUCRESS); Candice Munhoz Cazorla (Suplente/NUCRESS); Jamila Garcia (Suplente/OAB); David Thiago Cardoso (Titular/CRP) e Analice Santos de Miranda (CRAS/Espaço Cidadão). **Outras participações:** Patrick Machado (Câmara de Veradores); Dineusa Aparecida Souza (Trabalhadora Área Assistência Social); Regina (AMA Litoral); Hosana (Pastoral da Criança); David L. de Sá (CRAS São Judas); Lisiane Nunes (CRAS São Judas); Ivonete Klappoth (Líder Comunitária) e Oslina (Comunidade). A primeira-secretária Patrícia, presidindo a plenária, cumprimenta os presentes. **Item A. Leitura e Aprovação da Ata anterior.** Os conselheiros passam à assinatura da ata. Patrícia fala do **Item B.** da pauta: **Ofícios Recebidos:** Justificativa de falta de Emanuelle (Titular/OAB), recebida por e-mail em 10 de junho, às 10h39 e justificativa de falta de Gévelyn (Titular/CRAS Nação Cidadã), recebida por e-mail em 10 de junho, às 12h11, ambas referente à reunião do presente dia. Ofício nº 39, da APAE, sobre relatório e planilha financeira do mês de abril de 2019. Ofício nº 065/2019, da Amor Pra Down, sobre relatório de atividades 2018 e plano de ação 2019. **Ofícios Expedidos:** Ofício nº 001, à SDIS, sobre solicitação de encaminhamento de profissional para o secretariado executivo deste conselho. Ofício nº 003/2019, à SDIS, sobre veículos da frota do SUAS. Ofício nº 004/2019, à UDESC, sobre formação aos conselheiros. Patrícia diz que a UNISOCIESC se colocou à disposição para alguma fala ou formação. Quanto aos outros ofícios que seriam expedidos de cobrança à SDIS sobre os ônibus, contratação de seguro e secretária executiva do CMAS, Patrícia diz que conversou com Christina a respeito, mas o ofício seria enviado somente hoje. A primeira-secretária fala que para o ônibus do SUAS, que pode transitar no município, já tem seguro contratado e não será solicitado outro documento porque ele não pode, dentro das especificações, sair do município; Patrícia afirma que falta o DTER do ônibus maior. Quanto ao secretariado executivo, Patrícia afirma que verificou com o RH que a profissional administrativa do CMAS renovou sua licença; ressalta assim, que irá solicitar novamente ao RH. **Item C. Recurso emenda Parlamentar - Aprovação dos itens.** Patrícia lembra que foi aprovado recurso no valor de cento e setenta mil reais (R\$ 170.000,00) para Proteção Social Básica, para estruturação dos serviços socioassistenciais, contudo ressalta que um dos

Emanuelle

Márcia

Christina

David

Patrícia

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

equivocos quando apresentou, era por ter dito que o recurso poderia ser usado para aluguel, porém ele não pode ter esse fim, de modo que o aluguel do espaço do centro de convivência virá a partir de recurso próprio da Secretaria e não do MDS (como havia sido previsto). **Patrícia apresenta proposta para as áreas para aquisição de materiais permanentes:** compra de artigos esportivos e/ou lúdicos, um automóvel básico, coleções, eletroeletrônicos, instrumentos musicais, mobiliário e utensílios gerais. Descartaram, dentro do sistema: automóvel utilitário, embarcação, micro-ônibus, utensílios veiculares, van e ônibus. Wilson questiona como os itens serão selecionados e Patrícia afirma que foi feita uma proposta de planejamento de compras para este ano e o outro, diz que há previsão de compras de materiais expedientes para seis meses e sobre os materiais permanentes será feita filtragem, de acordo com a possibilidade de compra no uso correto dos recursos, avisa que o dinheiro ainda não entrou, dependendo de uma última fase de documentos. Patrícia coloca em deliberação a aplicação do recurso dentro das áreas citadas, nessa forma de planejamento e conselheiros aprovam por unanimidade. **Item D. Benefício Eventual - Cestas Básicas.** Patrícia fala que a gestão do SUAS respondeu uma denúncia no MP sobre essa situação, esclarece que são adquiridas duzentas (200) cestas básicas mensalmente, diz que nos meses de janeiro, fevereiro e março foram entregues cinquenta (50) cestas para cada um dos três equipamentos CRAS e 50 (cinquenta) cestas ficou na gestão para caso falte nos CRAS e explica que o controle das movimentações são feitas pelo sistema PRECISA. A primeira-secretária lembra que em abril a procura começou a aumentar, por isso entregaram sessenta (60) cestas para o CRAS do Bairro das Nações, mais dez (10) para o CRAS do Bairro dos Municípios e conforme aumentava a demanda dos equipamentos, eram entregues. Patrícia diz que dez (10) cestas foram entregues para o CREAS, por conta das pessoas em situação de rua; afirma que atualmente há trinta e cinco (35) famílias aguardando cestas no CRAS do Bairro São Judas e Silvana ressalta a necessidade desse bairro e pede que se aumente a compra de cestas básicas, pois foi aprovado destinação de recurso e pede alimentos não de péssima qualidade, com bichos, como tem acontecido, fala ainda que não está havendo insumos suficientes para os lanches pós reunião do PAIF no CRAS. Patrícia concorda com a conselheira e afirma que quando foi percebida a falta de cestas básicas, foi enviada solicitação de aquisição ao setor de Compras, diz inclusive sobre necessidade de reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento do CMAS com a contadora e o responsável pelo Compras da SDIS. Sobre os lanches citados por Silvana, Patrícia afirma que havia um determinado número licitado, diz que a licitação da padaria vence em junho, mas foi utilizada toda a margem possível em maio, ressalta que foi pedido para o Compras o Termo Aditivo no contrato e até o momento não foi feito. O vereador Patrick indaga se há alguém responsável para averiguar a qualidade dos alimentos e Patrícia diz que ainda não havia vindo nenhuma reclamação a respeito, diz que vai verificar quem é o fiscal do contrato e notificar com advertência a empresa diante da denúncia vinda ao CMAS. Candice pontua situação no CRAS Construindo Cidadania em função do pequeno espaço existente para receber a comunidade e fala sobre local de armazenamento das

cestas básicas não ser em local apropriado. Patrícia diz que foi combinado com a coordenação do CRAS Construindo Cidadania que as cestas seriam armazenadas na sede da gestão do SUAS e conforme a demanda, seriam entregues ao CRAS. Fica agendado reunião entre a Comissão de Financiamento e Orçamento (Ivone, Kelli, Patrícia, Sandra, Silvana e Wilson), coordenadores dos CRAS, contadora do Fundo e o responsável pelo Compras no dia treze (13) de junho e se preciso alterar data, Patrícia avisará. Quanto ao **Item E. Discussão Família Acolhedora**, Patrícia diz que o CMAS precisa ativar a discussão a respeito e cita Projeto de Lei proposta pelo vereador Patrick sobre Família Acolhedora, já aprovada em plenária, mas não sancionada pelo prefeito, porque o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pediram para que a discussão fosse mais fomentada no município e pensar outros públicos além da criança e o adolescente, como os idosos. Wilson indaga se no âmbito do CMAS já está consolidada essa questão e conselheiros dizem que ainda não. Conselheiro diz que na época quando foi proposto o Reordenamento, o CMAS entendia que o município não estava preparado para fazer a Família Acolhedora, por conta de um histórico de problemas judiciais da entidade que faria a gestão. Wilson propõe encaminhamento de proposta, diz sobre a instituição Anjos da Vida que trabalha há anos com adoção e pontua que há proximidade da questão com Família Acolhedora, de modo a convidá-los a apresentar uma proposta de planejamento sobre como esse serviço poderia ser executado, sem compromisso de financiamento posterior a isso. Candice diz sobre o processo que o município pactuou como o governo federal no Reordenamento e lembra de algumas defesas, pois se for implantar um serviço de Família Acolhedora, que irá garantir muito mais direitos e se deve pensar quem é o público que vai para a Família Acolhedora, que é o grupo que já está institucionalizado no Lar do Adolescente na ONG que executa os serviços de acolhimento institucional para as crianças em Camboriú. Candice diz que a própria Comissão de Reordenamento precisa se fazer presente para criação de metodologia para garantir a convivência entre os grupos de irmãos, por exemplo – pois até o momento isso não é garantido. Candice lembra que até setembro de 2018 que a construção do espaço para atender crianças e adolescentes e indaga se enquanto município a modalidade abrigo institucional e acrescentar a Família Acolhedora. Dineusa fala que havia esse serviço e por tabela, a adoção acontecia, mas em outros as crianças ficava de casa em casa e era devolvida, gerando transtornos maiores do que os benefícios, precisando de um trabalho efetivo com quem se propor a ser Família Acolhedora. Conselheira diz que a questão vem desde o acolhimento institucional e os critérios que precisam ser bem alinhados. David comenta o caso das Famílias Acolhedoras no município de São Bento do Sul e ressalta necessidade de equipe técnica que fique focada nesse serviço, para acompanhamento das famílias. Patrícia questiona deliberação ou documento de indicação pela implantação, pois quanto ao método poderá ser discutido posteriormente. Candice sugere chamar a Comissão de Reordenamento já constituída para que proponha ações com relação ao tema em discussão. Patrícia ressalta que a gestão do SUAS está ciente que a Família Acolhedora não substitui o Abrigo e vice-versa. O vereador Patrick esclarece que o Legislativo não

pode dizer de que forma o Executivo irá executar e a proposta é que o projeto seja uma ferramenta a mais na questão do acolhimento da criança e do adolescente. **Encaminhamento:** chamar a Comissão de Reordenamento para reunião. **Item F. Comissões.** Candice relata que a **Comissão de Financiamento e Orçamento** e a **Comissão de Normas** se reuniram; tinham como pauta discutir e aprovar a questão da substituição da cesta básica para o cartão alimentação enquanto benefício eventual; verificaram o projeto de Lei e a proposta de alteração da Lei, enviada por Patrícia. Duas sugestões foram feitas: supressão do parágrafo terceiro, do artigo quatorze e a supressão do parágrafo único do artigo dezessete (na proposta de 2019). Candice diz que nessa proposta de 2019 não consta o que havia sido deliberado em Conselho no ano de 2018, cita o artigo dezessete: O benefício eventual terá validade de até seis meses para cada indivíduo ou família em situação de vulnerabilidade social, identificados pelas equipes de Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), **podendo ser reavaliado conforme a necessidade e parecer do assistente social.** O repasse desse benefício é uma atribuição exclusiva deste profissional. Candice fala que na proposta que veio da gestão não consta isso. Wilson esclarece que consta que o benefício eventual poderá ser estendido **uma única vez.** Patrícia defende que consta no documento, conforme mostra em apresentação em projetor. **Item G. Conferência Municipal.** Como deliberação da última reunião discutir a realização ou não da Conferência deste ano, os conselheiros deliberaram por meio de votação que será criada uma Comissão para organização da Conferência Municipal para este ano. **Item H. Assuntos Gerais.** Sem mais a tratar, a primeira-secretária encerra a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

